

Gênero e representatividade política na América Latina: desafios, índices e perspectivas

Larissa Aparecida Dionizio ¹
Márcia da Silva ²

Resumo: O presente trabalho busca analisar a participação feminina na política da América Latina e do Brasil, destacando o protagonismo das mulheres. Inicialmente, são abordadas as discrepâncias no número de mulheres eleitas na Câmara Baixa de diversos países latino-americanos. Em seguida, são apresentados dados sobre a evolução da representação feminina nas eleições gerais do Brasil ao longo do tempo. O estudo tem como objetivo averiguar os dados que correspondem ao histórico político da América Latina e do Brasil, com foco no protagonismo feminino em escalas espaciais, históricas e geográficas. Para alcançar esse objetivo, a metodologia baseou-se em revisão bibliográfica, fichamento e análise de dados da União Internacional de Parlamentos (IPU). Esses dados, atualizados mensalmente, classificam os países de acordo com a porcentagem de mulheres nos parlamentos nacionais. Apesar do aumento na representação feminina, as mulheres ainda enfrentam discriminação e preconceito na política, manifestando-se em assédio, misoginia e exclusão dos processos decisórios. Obstáculos estruturais, como falta de recursos e redes de apoio, dificultam sua participação política. Por fim, considera-se a necessidade de esforços contínuos para alcançar uma sociedade mais justa e representativa não apenas na política, mas também em outras esferas, desafiando estereótipos de gênero e promovendo a participação ativa das mulheres na sociedade.

Palavras-chave: Protagonismo Feminino; Histórico Político; América Latina e Brasil; Conquistas e Dificuldades.

Gender and political representation in Latin america: challenges, metrics, and perspectives

Abstract: *The present study analyzes female participation in politics in Latin America and Brazil, highlighting women's leadership. Initially, it addresses the discrepancies in the number of women elected to the Lower House in various Latin American countries. Then, it presents data on the evolution of female representation in Brazil's general elections over time. The study aims to examine data corresponding to the political history of Latin America and Brazil, focusing on female leadership across spatial, historical, and geographical scales. To achieve this, the methodology is based on bibliographic review, note-taking, and analysis of data from the International Parliamentary Union (IPU). These data, updated monthly, classify countries according to the percentage of women in national parliaments. Despite the increase in female representation, women still face discrimination and prejudice in politics, manifesting in harassment, misogyny, and exclusion from decision-making processes. Structural obstacles, such as lack of resources and support networks, hinder their political participation. Finally, the need for continuous efforts to achieve a more just and representative society is considered, not only in politics but also in other spheres, by challenging gender stereotypes and promoting active female participation in society.*

Keywords: Female Leadership; Political History; Latin America and Brazil; Achievements and Challenges.

¹ Mestra e doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e acadêmica no curso de Geografia Licenciatura pela Unicentro. Aluna pesquisadora no Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES – Unicentro). Email: larissadionizio9@gmail.com Orcid: [0000-0002-1458-695X](https://orcid.org/0000-0002-1458-695X).

² Professora no Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Unicentro. Professora coordenadora no Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES – Unicentro). Email: msilva@unicentro.br. Orcid: [0000-0002-2742-1396](https://orcid.org/0000-0002-2742-1396).

Introdução

Há bastante tempo, as mulheres vêm lutando por maior participação na política, tanto em níveis municipais e estaduais quanto federais, enfrentando desafios similares em todas essas esferas. A desigualdade de gênero é um dos principais fatores que afetam a participação política das mulheres, permeando várias áreas da vida social e política.

Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo averiguar e analisar os dados que correspondem ao histórico político da América Latina e Brasil, dando foco para o protagonismo feminino em escalas espaciais, históricas e geográficas. Inicialmente, serão abordadas as discrepâncias no número de mulheres eleitas em diferentes países da América Latina, especificamente em cargos políticos pertencentes à Câmara Baixa. Em seguida, serão apresentados dados sobre as eleições gerais no Brasil, com o intuito de demonstrar a evolução no número de mulheres eleitas ao longo do tempo.

É importante destacar que as mulheres enfrentam discriminação e preconceito em diversas esferas da sociedade, especialmente na política, resultando em baixa representatividade. Isso se manifesta em práticas como assédio sexual, misoginia e exclusão dos processos decisórios. Além disso, obstáculos estruturais, como falta de acesso a recursos e financiamento, ausência de redes de apoio e oportunidades de liderança, dificultam a participação das mulheres na política e nos processos eleitorais.

Sendo assim, Sales e Veras (2020, p. 5) salientam: “[...] no que se refere à participação política feminina, o Estado deve buscar meios de combater a sub-representatividade das mulheres e garantir que todos e todas exerçam seu direito de participação de maneira igual”. Estes meios podem ser abordados através de leis, políticas públicas ou projetos sociais com o objetivo de aumentar a representatividade e empoderar mulheres.

O empoderamento feminino é um passo importante, já que a sub-representação de mulheres na política está correlacionada com a baixa influência de mulheres em posições de poder, ou seja, mulheres participativas em espaços de tomadas de decisão empoderam outras mulheres. Neste sentido, Barbosa (2019) salienta que a participação feminina na política faz parte dos ideais democráticos, dando sentido às pluralidades e tornando-se um estímulo para que mais mulheres reivindiquem seu espaço na política. Entretanto, a ausência de modelos femininos de liderança política pode desencorajar as mulheres a ingressarem na política, especialmente em áreas onde a presença de mulheres historicamente é baixa, consequência do modelo cultural e social pautado no patriarcado.

Materiais e métodos

Este trabalho foi desenvolvido com base em uma metodologia estruturada em três etapas principais: revisão bibliográfica, coleta e análise de dados quantitativos, e análise qualitativa e comparativa. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico abrangente sobre gênero, representatividade política e políticas públicas com foco na América Latina. A fundamentação teórica foi construída a partir de fontes acadêmicas, como artigos, livros que destacaram categorias relevantes, como desafios históricos, avanços legislativos e experiências bem-sucedidas na promoção da equidade de gênero.

Na etapa seguinte, procedeu-se à coleta de dados quantitativos a partir da plataforma da União Interparlamentar (IPU), que fornece informações atualizadas sobre a porcentagem de mulheres nos parlamentos nacionais, além das datas das últimas eleições. As informações foram organizadas em planilhas, segmentadas por país, ano e variações de progresso, facilitando a análise comparativa.

A análise qualitativa buscou identificar e discutir as disparidades entre os países da América Latina, considerando fatores como a implementação de políticas afirmativas (cotas de gênero) e os contextos políticos, econômicos e culturais. Por fim, a triangulação entre dados quantitativos e qualitativos foi utilizada para fortalecer as interpretações e garantir maior consistência nos resultados. Reflexões críticas foram elaboradas sobre a eficácia das medidas adotadas em diferentes países, com proposições de caminhos para superar desafios estruturais.

Referencial teórico

Desafios da Participação Feminina na Política: Superando o Patriarcado e Ampliando Representatividade

A ausência de modelos femininos de liderança política pode desencorajar as mulheres a ingressarem na política, especialmente em áreas onde a presença de mulheres historicamente é baixa, consequência do modelo cultural e social pautado no patriarcado:

Acabou nos parecendo, por muitos anos, que nada havia de anormal em que os homens exercessem, praticamente sozinhos e isolados das mulheres, os cargos de poder, ocupassem as cadeiras de governo. Às mulheres cabiam as gerências domésticas, privadas, enquanto aos homens lhe eram atribuídas as missões grandiosas da sociedade (Melo; Thomé, 2018, p. 130).

A partir disso, é possível compreender que o modelo patriarcal de pensamento impõe às mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico enquanto reserva aos homens os cargos de poder. Esta predominância masculina é resultado de uma longa evolução de construções culturais, políticas e econômicas. Embora tenha acontecido um aumento na participação feminina na política em relação ao passado, ainda há uma inadequada representatividade feminina em todas as esferas políticas, desde cargos legislativos até posições executivas, e as mulheres frequentemente enfrentam preconceitos e estereótipos de gênero.

Desde a luta pelo direito ao voto, as mulheres têm se mobilizado para garantir maior na política. Entretanto, a participação feminina no cenário político ainda é reduzida em diversos países, incluindo o Brasil. A fim de superar essa desigualdade, algumas políticas públicas têm sido implementadas, destacando-se as cotas eleitorais, que visam garantir a presença de mulheres nos cargos eletivos. Embora essa legislação tenha contribuído para o aumento da participação feminina na política, é importante ressaltar que ainda existem obstáculos sociais e culturais que dificultam a inclusão das mulheres em posições de poder e tomada de decisão.

Isso deve-se principalmente ao modelo de vida patriarcal instaurado na sociedade, o qual dificulta as demandas relacionadas ao debate de gênero. Neste sentido, a dificuldade de inserção feminina na política está relacionada com a tardia – e, em alguns casos, ausente – discussão sobre gênero e política. Isto ocorre porque os espaços institucionais de poder, tais como Câmaras de Vereadores e Prefeituras, tendem a associar as demandas femininas com pautas relacionadas ao cuidado:

A crença na inferioridade feminina foi trazida até os dias atuais e interfere diretamente na capacidade de atuação das mulheres que desejam adentrar no rol político, ou até mesmo as pautas trazidas por mulheres devem conter um certo tipo de demanda, sempre abarcando o cuidado e a reprodução feminina, dois atributos ligados exclusivamente ao gênero (Menuci; Nielsson, 2019, p. 14).

O modelo cultural que atribui às mulheres a função de cuidar e zelar está profundamente enraizado no sistema político, persistindo mesmo diante das transformações econômicas, do crescimento urbano e da industrialização do país (Melo; Thomé, 2018). Neste sentido, o movimento feminista tem reivindicado para que novas demandas sejam apresentadas e discutidas, principalmente demandas que remetam à inserção feminina em novos espaços de poder e que deixem de lado esse estereótipo patriarcal:

A luta pela inclusão das mulheres em espaços de poder e decisão não é nova. A bandeira feminista em prol da representação das mulheres no âmbito institucional da política remonta há mais de cem anos. Ativistas e acadêmicas/os feministas têm sido exitosas/os em diagnosticar as causas desta sub-representação. Os motivos vão desde fatores culturais até o sistema político, mas são sempre estruturais, ancorados em valores excludentes do patriarcado, do racismo e do capitalismo (Rangel, 2014, p. 47).

É relevante notar que existem países em que o contexto difere bastante do Brasil, onde a estrutura patriarcal é quase inexistente e as cotas políticas implementadas são efetivas, como é o caso de Ruanda. Neste caso, a política local do país não presenciou grandes reivindicações por parte do movimento feminista; no entanto, as mulheres se tornaram protagonistas em cargos de liderança após um trágico episódio de genocídio ocorrido em 1994:

Após o genocídio de 1994, as mulheres passaram a compor a maioria da população, sendo levadas a trabalhar e a assumir papéis de liderança. E nesse sentido, tal acontecimento foi sendo firmado ao longo dos anos, reforçando essa inclusão desde a modificação do sistema educacional até o próprio empoderamento social feminino no cotidiano. Com isso, visto a crescente luta das mulheres, a participação política das ruandesas tem sido promovida pela nova Constituição, que vem gerando cotas como um reflexo da sensibilidade para com as questões de gênero e inclusão, aliados ao apoio de uma série de aparatos institucionais que garantem o espaço e o preparo destas mulheres (Albuquerque, 2018, p. 68).

O caso de Ruanda ficou conhecido por inúmeros estudiosos e pesquisadores, pessoas que buscam entender a efetividade dos aparatos institucionais e como esse mecanismo auxilia na inserção feminina nos espaços de poder e tomadas de decisões (Albuquerque, 2018).

Nesse sentido, a União Internacional de Parlamentos (IPU, na sigla em inglês) produziu um relatório no qual é possível identificar a classificação de diversos países de acordo com a porcentagem de mulheres no parlamento político nacional. O material é atualizado todo mês e apresenta a data de realização da última eleição no país. Dessa forma, o quadro 1 exhibe as informações referentes aos dez países melhor classificados no *ranking*³.

Quadro 1: Os dez países de maior destaque no número de mulheres em parlamentos nacionais.

CLASSIFICAÇÃO	PAÍS	CASA BAIXA OU SIMPLES			
		ELEIÇÕES	ASSENTOS	MULHERES	%
1	Ruanda	09.2018	80	49	61,3
2	Cuba	03.2023	470	262	55,7
3	Nicaragua	11.2021	91	49	53,9
4	México	06.2023	500	252	50,4
5	Andorra	04.2023	28	14	50,0
6	Namíbia	11.2019	104	52	50,0
7	Emirados Árabes Unidos	10.2019	40	20	50,0
8	Costa Rica	02.2022	57	28	49,1
9	Islândia	09.2021	63	30	47,6
10	Suécia	09.2022	349	163	46,7

Fonte: Inter-Parliamentary Union – IPU (2023).

Org. e elaboração: Dionizio, Larissa A. (2024).

Destaca-se que o *ranking* classificatório possui uma coluna que indica a composição das casas legislativas, sendo a Câmara Baixa (ou Câmara dos Deputados) representada na coluna “Casa Baixa ou Simples” e a Câmara Alta (ou Senado Federal) na coluna “Câmara Superior”. Um exemplo notável nesse *ranking* é o desempenho de Ruanda, que possui 80 assentos na Câmara Baixa, dos quais 49 são ocupados por pessoas que se identificam com o gênero feminino, enquanto na Câmara Superior, há 26 assentos, sendo que nove deles são ocupados por pessoas do gênero feminino.

A representatividade das mulheres na política nacional de Ruanda está correlacionada aos fatores históricos e sociais que caracterizam o país, além de ressaltar a eficácia das leis e aparatos institucionais que incentivam a participação feminina nos espaços de poder e tomadas de decisões (Albuquerque, 2018).

Em relação às informações sobre a configuração do ranking, a IPU (2023) destaca que os parlamentos são classificados de acordo com a porcentagem de assentos ocupados por mulheres nas câmaras parlamentares inferiores ou únicas. Sendo assim, os números correspondem ao número de assentos preenchidos no parlamento naquele momento. A classificação pode evoluir ao longo do tempo com base nas atualizações recebidas dos parlamentos nacionais.⁴

Até o momento, os dados referentes à eleição de 2022 no Brasil já foram divulgados, revelando que, dos 513 assentos da Câmara dos Deputados, somente 91 são ocupados por pessoas que se identificam com o gênero feminino. No Senado, das 81 vagas, apenas 12 foram preenchidas por mulheres, onde 4 dessas correspondem à eleição de 2022 (mandato 2023-2031) e 8 às eleições

de 2018 (mandato 2019-2027). Esses números colocam o Brasil na 132ª posição no *ranking* de representatividade feminina em parlamentos ao redor do mundo, como é possível identificar no quadro 2.

Quadro 2: Dados da representatividade feminina na política no relatório da União Internacional de Parlamentos (IPU).

CLASSIFICAÇÃO	PAÍS	CASA BAIXA OU SIMPLES			
		ELEIÇÕES	ASSENTOS	MULHERES	%
125	Romênia	12.2020	328	63	19,2
126	Bósnia e Herzegovina	10.2022	42	8	19,1
127	Togo	04.2024	113	21	18,6
128	Azerbaijão	02.2020	116	21	18,1
129	Mongólia	06.2020	72	13	18,1
130	Bahamas	09.2021	39	7	18,0
131	República Popular Democrática da Coreia	03.2019	687	121	17,6
132	Brasil	10.2022	513	90	17,5
133	Burkina Faso	11.2022	71	12	16,9
134	Comores	01.2020	24	4	16,7
135	Líbia	06.2014	170	28	16,5

Fonte: Inter-Parliamentary Union – IPU (2023).

Org. e elaboração: Dionizio, Larissa A. (2024).

O relatório apresentou dados aproximadamente 180 países, a partir disso, foi possível filtrar as informações de países pertencentes a América Latina, observando quais deles possuem o maior e o menor índice de representatividade feminina em parlamentos nacionais. Boa parte dos países da América Latina apresentam em suas histórias períodos ditatoriais e autoritários, esses acontecimentos interferiram diretamente no desenvolvimento político dos países. No quadro 3 a seguir é possível identificar a classificação do Brasil desde o ano de 2016 até o ano de 2024, onde destaca-se um aumento significativo no percentual de eleitas até o ano de 2022, entretanto entre os anos de 2022 e 2023 houve uma diminuição no número de mulheres eleitas.

Quadro 3: Posição do Brasil no Ranking da União Internacional de Parlamentos (IPU) de 2016 a 2023.

Ano da eleição	Classificação	% Mulheres
2016	155	9,9
2018	132	15,0
2020	146	14,6
2022	129	17,7
2023	133	17,5
2024	132	17,5

Fonte: Inter-Parliamentary Union – IPU (2023).

Org. e elaboração: Dionizio, Larissa A. (2024).

A análise do quadro 3 revela que, entre 2016 e 2024, o Brasil apresentou avanços modestos na representatividade feminina no parlamento, saindo de 9,9% de mulheres e ocupando a 155ª posição em 2016 para 17,5% e a 132ª posição em 2024. Apesar de melhorias pontuais, como o salto para a 132ª posição em 2018 e 129ª em 2022, o crescimento foi lento e insuficiente para garantir destaque internacional. Oscilações no ranking indicam que outros países avançaram mais rapidamente, evidenciando desafios estruturais e culturais que limitam o acesso das mulheres à política, mesmo com políticas como cotas de gênero.

Isso destaca os desafios específicos enfrentados pelo Brasil, como barreiras culturais e institucionais que limitam a implementação eficaz de medidas como cotas de gênero. Assim, é fundamental analisar o histórico e o perfil político brasileiro em comparação com os vizinhos latino-americanos para compreender lacunas e oportunidades, fortalecendo iniciativas de inclusão, enfrentando desigualdades estruturais e aplicando políticas de igualdade de forma mais consistente para romper a estagnação observada nos últimos anos.

Resultados e discussão

Mulheres e Política: Representatividade feminina na América Latina

A representatividade feminina na política é um tema central para a igualdade de gênero e o fortalecimento da democracia. Embora avanços tenham sido alcançados na América Latina, como a implementação de cotas de gênero e o aumento da participação feminina em alguns parlamentos, persistem desafios como a sub-representação, a violência política de gênero e barreiras estruturais. Segundo Avelar (2001) salienta que em 1995 o Brasil estava em uma posição intermediária para com os outros países da América Latina e Caribe, apresentando que 13,1% do

seu parlamento era ocupado por mulheres. Anos depois, em 2001, o relatório produzido pela IPU constatou a baixa representatividade feminina na política brasileira, tornando o Brasil o último colocado no *ranking* de países da América Latina, como é possível analisar no quadro 4.

Quadro 4: Ranking de representatividade feminina na Câmara Baixa dos países da América Latina em 2001.

2001	CÂMARA BAIXA			
	PAÍS	Assentos	Mulheres	%
	Argentina	257	68	26,5
	México	500	80	16,0
	Uruguai	99	12	12,1
	Chile	120	13	10,8
	Brasil	513	29	5,7

Fonte: Avelar (2001) e IPU (2001).

Org. e elaboração: Dionizio, Larissa A. (2024).

Nessa perspectiva, salienta-se que os países pertencentes ao recorte territorial da América Latina foram, por muito tempo, repreendidos pelo autoritarismo presente nos períodos ditatoriais e, por consequência, o debate de gênero no espaço político deu-se de forma tardia. Entretanto, em 2001, a Argentina apresentou dados relevantes em relação à elegibilidade de mulheres no parlamento nacional. Esse percentual pode estar relacionado à representatividade feminina nas reivindicações sociais desenvolvidas durante o período ditatorial, como explica Avelar (2001, p. 54):

Ainda sob a repressão, as mulheres das famílias de mortos e desaparecidos do regime aglutinaram-se em movimentos de protesto: *Las Madres de la Plaza de Mayo*, organização nuclear de protesto radical contra os militares, ocupando a Praça quase diariamente, criou uma rede de solidariedade difícil de ser diluída. Mães, esposas, irmãs, filhas, entre outras, foram unidas pelo sofrimento de verem seus entes queridos desaparecidos, construíram e continuam construindo a base de toda a representação política feminina [...] não é sem motivo que, no *ranking* de representação sul-americana, a Argentina é o país com mais alta taxa de presença de mulheres na política formal, uma extensão de sua organização na sociedade civil.

Dessa forma, compreende-se o quanto os acontecimentos históricos podem interferir na representatividade feminina em espaços de poder e tomadas de decisões. Sendo assim, no caso argentino, o movimento das mulheres foi importante para dar maior visibilidade para a luta feminina e emponderá-las, buscando mostrar que os espaços de liderança também podem ser ocupados por mulheres. Segundo Melo e Thomé (2018), a Argentina implementou a sua política de cotas eleitorais já em 1991, garantindo 30% das vagas da Câmara Baixa para candidaturas

femininas e tornando-se um país reconhecido pelos índices de representatividade feminina na política local.

Segundo Avelar (2001), algo parecido aconteceu no Chile, mesmo em um país dividido entre pró-Pinochet e anti-Pinochet, as mulheres se solidarizavam umas com as outras e seguiam contra o regime autoritário. Todavia, no México e no Brasil as mulheres apresentaram dificuldade para reivindicações nesse período, ambos compostos por um Estado forte e conservador, que resultou em demorada emancipação política, principalmente para as mulheres.

Nesse sentido, Melo e Thomé (2018) destacam que a América Latina tem sido reconhecida historicamente por apresentar um modelo patriarcal e sexista em âmbito político, resultado dos processos históricos que caracterizam esses países. A primeira mulher latina em um cargo de presidência foi Isabel Perón, quando, em 1974, tornou-se presidenta da Argentina e foi deposta do cargo anos depois por um golpe militar. Por sua vez, no caso brasileiro, a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da República foi eleita somente em 2010, quando Dilma Rousseff assumiu a presidência e, infelizmente, anos depois foi deposta injustamente do cargo.

A dificuldade de eleger mulheres para cargos de presidência de um país está correlacionada à visão do cuidar e zelar, visão essa que é imposta pela sociedade e remete às mulheres a cargos políticos locais, como por exemplo, prefeitas ou vereadoras. Como explica, Avelar (2001, p. 56):

[...] tal qual como em quase todos os países do mundo, é maior a participação da mulher onde está sua família. Se argumentarmos sobre os ciclos de vida da mulher, períodos da maternidade, da criação dos filhos, fica ainda mais evidente a sua limitação.

A desigualdade de gênero é amplamente prevalente na sociedade, em grande parte devido à crença equivocada de que as mulheres são destinadas a desempenhar um papel de destaque apenas no âmbito privado, enquanto os homens são considerados aptos para atuar no espaço público.

A constatação realizada por Avelar em 2001 pode ser observada no quadro 5, a qual apresenta o *ranking* atualizado dos países da América Latina com maior porcentagem de mulheres eleitas para cargos na Câmara Baixa, identificando que, assim como em 2001, atualmente o Brasil permanece em última colocação.

Quadro 5: *Ranking* de representatividade feminina na Câmara Baixa dos países da América Latina em 2024.

2023		CÂMARA BAIXA		
CLASSIFICAÇÃO	PAÍS	Assentos	mulheres	%
2	Cuba	470	262	55,7
3	Nicarágua	91	49	53,9
4	México	500	252	50,4
8	Costa Rica	57	28	49,1
11	Bolívia	130	60	46,2
21	Equador	137	59	43,1
23	Argentina	257	109	42,4
31	Peru	130	50	38,5
41	República Dominicana	190	70	36,8
44	Chile	155	55	35,5
61	El Salvador	60	19	31,7
74	Colômbia	187	54	28,9
83	Honduras	128	35	27,3
96	Uruguai	99	25	25,3
100	Paraguai	80	19	23,8
116	Guatemala	160	32	20,0
132	Brasil	513	90	17,5
-	Haiti	-	-	-
-	Venezuela	-	-	-

Fonte: Inter-Parliamentary Union – IPU (2023).

Org. e elaboração: Dionizio, Larissa A. (2024).

Ao observar e comparar os quadros 4 e 5, é possível identificar algumas discrepâncias e similaridades na composição da Câmara Baixa dos países. Outra análise importante é o intervalo de tempo entre um quadro e outro. Durante esse tempo, ocorreram mudanças sociais, políticas e culturais que, conseqüentemente, interferem no cenário político. Entretanto, o Brasil permanece em última colocação, sendo o país da América Latina com menor número de mulheres em cargos políticos da Câmara Baixa.

Sendo assim, destaca-se ainda que outros países da América Latina foram inseridos no relatório da União Internacional de Parlamentos (IPU), como é o caso de Cuba, que está em 2º lugar com maior porcentagem de pessoas do gênero feminino nos assentos da Câmara Baixa. Uma outra observação importante é que todos os países apresentados no quadro mostraram um importante avanço no número de mulheres em seus parlamentos, especialmente o México, que possui 500 assentos, dos quais 252 são ocupados por mulheres. Nesse sentido, salienta-se que esses números refletem acontecimentos históricos, sociais e a constituição particular de cada país.

Uma Breve Análise da Participação Feminina na Política Brasileira

Para o caso brasileiro, é importante observar que houve um significativo aumento nos índices, como, por exemplo, em 2001, período em que a Câmara Baixa brasileira era representada por apenas 29 mulheres. Entretanto, após a eleição de 2022, esse número corresponde a 90 representantes do gênero feminino. Esse aumento significativo na participação feminina na política está correlacionado às cotas eleitorais e às políticas públicas que buscam incentivar o empoderamento de mulheres e outros grupos nos espaços de poder e tomadas de decisões, ações como essas auxiliam e influenciam mais mulheres a participarem do espaço político.

Mulheres em cargos de poder empoderam outras mulheres e tornam-se um incentivo para que mais pessoas possam se interessar pela política, como, por exemplo, quando os brasileiros elegeram pela primeira vez na história uma mulher para o cargo de presidente da República, Dilma Rousseff, que marcou história na política e no feminismo nacional:

Ter uma presidenta mulher é, sim, sinal de algum avanço ou de quebra de resistência do machismo no acesso das mulheres ao poder [...] não é uma variável determinística, mas a própria presença já rompe em parte com uma estrutura fixa e dificilmente mutável de poder (Melo; Thomé, 2018, p. 137).

Assim como o empoderamento é importante para que mais mulheres atuem no campo político, os investimentos e incentivos por parte dos partidos políticos também contribuem para o sucesso político das mulheres, como explica Sacchet (2011, p. 161):

[...] os recursos de campanha são centrais para definir as chances de sucessor eleitoral do candidato, tanto em disputas majoritárias, quanto nas proporcionais [...] Um dos obstáculos centrais diz respeito ao peso desempenhado pelo financiamento eleitoral, tendo em vista a diferença de receita da campanha das mulheres em comparação à dos homens.

A falta de incentivo e o baixo financiamento de campanhas femininas, conseqüentemente, irão dificultar a elegibilidade dessas candidatas. Nesse sentido, compreende-se a importância da Lei nº 12.034, sancionada em 2009, que prevê maior tempo de divulgação das campanhas femininas nos meios de comunicação, como explica Melo e Thomé (2018, p. 144): “[...] definiu ainda que os partidos devem destinar ao menos 5% do fundo partidário para programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, assim como 10% do tempo de rádio e TV”.

Ações como essa buscam aumentar a representatividade feminina no espaço político, algo que pode ser evidenciado ao analisar os dados das últimas Eleições Gerais Federais, correspondentes aos anos de 2010, 2014, 2018 e 2022, como está exposto no quadro 6.

Quadro 6: Dados das Eleições Gerais Federais classificados por gênero (2010 a 2022).

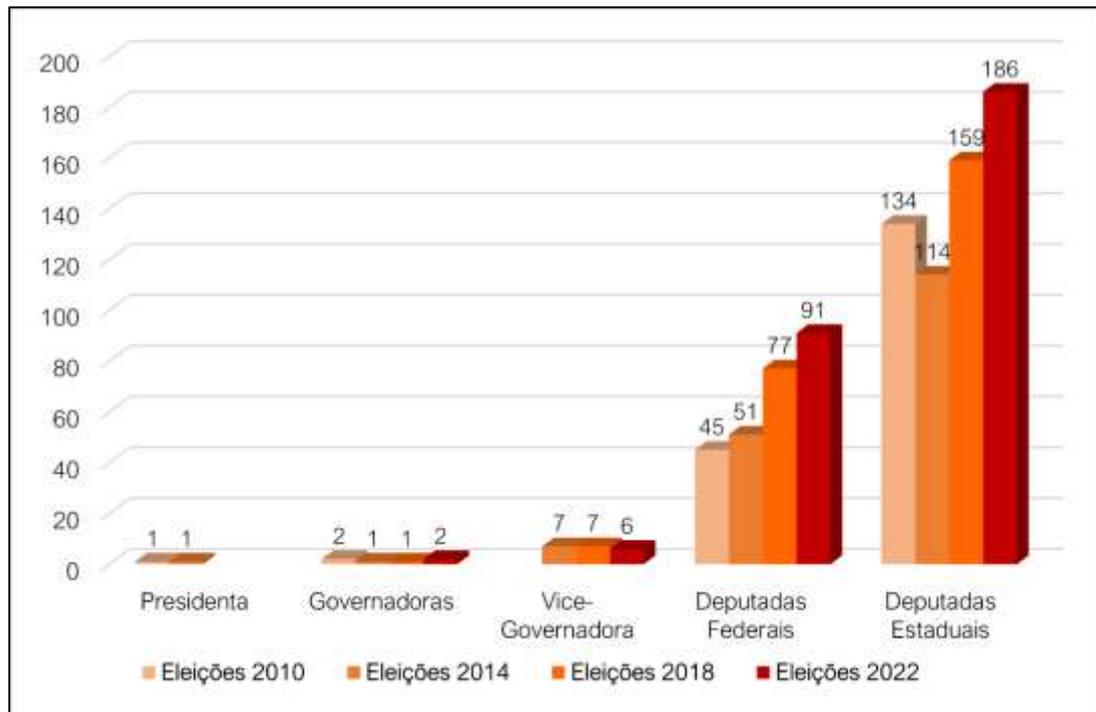
Gênero	Eleições 2010		Eleições 2014		Eleições 2018		Eleições 2022	
	candidatos (as)	eleitos (as)						
Feminino	3.755	193	6.331	190	8.050	287	8.981	311
Masculino	14.798	1.461	15.646	1.520	17.903	1.500	17.430	1.398

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2023).

Org. e elaboração: Dionizio, Larissa A. (2023).

Nessa perspectiva, ao analisar os dados relacionados ao gênero masculino, observa-se que são maioria no número de candidaturas e no número de eleitos. A partir disso, ao verificar de modo geral as quatro últimas eleições, observa-se uma oscilação, tanto no número de candidatos quanto no número de eleitos. No caso das candidaturas, houve um aumento de 2.632 candidaturas do ano de 2010 para o ano de 2022, enquanto o número de eleitos diminuiu, tanto de 2010 para 2022, quanto de 2018 para 2022.

Os dados quantitativos apresentados no quadro referem-se aos cargos políticos de governadora, vice-governadora, senadora, deputadas federais e deputadas estaduais. portanto, é possível identificar um aumento no número de candidatas do gênero feminino e, posteriormente, um aumento significativo no número de eleitas. Ao analisar o número de eleitas em 2010 e compará-lo com os dados de 2022, nota-se um aumento de 118 eleitas, como destaca o gráfico 1.

Gráfico 1: Quantitativo dos cargos políticos ocupados por mulheres (2010 a 2022).

Org. e elaboração: Dionizio, Larissa A. (2023).

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2023).

Ao observar os dados presentes no gráfico, identifica-se um aumento na elegibilidade feminina nos cargos de deputada federal e deputada estadual. Todavia, para o cargo de Presidente da República houve quatro candidatas ao cargo e quatro para o cargo de vice, entretanto, nenhuma conseguiu se eleger, a última eleição que elegeu uma mulher para o cargo foi em 2014. Nessa perspectiva, destaca-se que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou, na eleição de 2022, 34 candidaturas para o cargo de Governadora e 83 para o cargo de Vice-Governadora. Entretanto, apenas duas mulheres conseguiram se eleger, nos dois estados brasileiros que atualmente são governados por mulheres, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

No que diz respeito às deputadas federais, na última disputa, 90 representantes elegeram-se, e dividem a câmara dos deputados com 422 homens. Mesmo a eleição de 2022 sendo a eleição com o maior número de deputadas eleitas, ainda serão minoria no interior da Câmara, intensificando as relações de gênero neste espaço. Destaca-se a predominância de mulheres na política, especialmente em estados da região Nordeste, como, por exemplo, o Maranhão, e em estados da região Norte, como, por exemplo, o Amapá. Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul registraram o menor percentual de mulheres eleitas, atingindo aproximadamente 10,8% de eleitas em ambos os estados.

A presença de mulheres em cargos políticos é fundamental nesse sentido, pois elas trazem para a mesa de discussão pautas e demandas que afetam especificamente as mulheres. Com isto, é possível contribuir para a construção de políticas públicas mais justas e igualitárias. Quando as mulheres ocupam espaços políticos e têm voz ativa nas discussões, elas podem promover mudanças que beneficiem toda a sociedade, levando em conta a diversidade de suas experiências e perspectivas (Costa; Gonçalves, 2021).

Sendo assim, a eleição geral de 2022 no Brasil destacou o aumento da visibilidade das mulheres na política, que agora são a maioria do eleitorado. Houve um crescimento significativo no número de candidaturas e de mulheres eleitas, além de um recorde histórico de mulheres em ministérios no Governo Federal. Esse avanço reflete uma maior participação e representatividade feminina nos processos decisórios, promovendo uma democracia mais inclusiva e diversificada, onde as perspectivas das mulheres são reconhecidas e valorizadas.

Considerações finais

Desde a luta pelo direito ao voto, as mulheres têm se mobilizado para garantir maior representatividade na política. Entretanto, a participação feminina no cenário político ainda é reduzida em diversos países, incluindo o Brasil. A fim de superar essa desigualdade, algumas políticas públicas têm sido implementadas, destacando-se as cotas eleitorais, que visam garantir a presença de mulheres nos cargos eletivos. Embora essa legislação tenha contribuído para o aumento da participação feminina na política, é importante ressaltar que ainda existem obstáculos sociais e culturais que dificultam a inclusão das mulheres em posições de poder e tomada de decisão. Isso deve-se principalmente ao modelo de vida patriarcal instaurado na sociedade, o qual dificulta as demandas relacionadas ao debate de gênero. Neste sentido, a dificuldade de inserção feminina na política está relacionada com a tardia – e, em alguns casos, ausente – discussão sobre gênero e política. Isto ocorre porque os espaços institucionais de poder, tais como Câmaras de Vereadores e Prefeituras, tendem a associar as demandas femininas com pautas relacionadas ao cuidado.

A metodologia deste estudo, baseada em revisão bibliográfica e análise de dados da União Internacional de Parlamentos, mostrou disparidades na representação feminina na Câmara Baixa de países latino-americanos. Embora o Brasil tenha aumentado a representação feminina, especialmente após as eleições de 2022, desafios permanecem, particularmente na eleição de mulheres para cargos de presidência.

Países como Cuba e México têm implementado medidas eficazes para aumentar a representação feminina. Para consolidar e ampliar os ganhos no Brasil, é essencial continuar promovendo políticas inclusivas e conscientizando a sociedade sobre a importância da igualdade de gênero na política. Em síntese, a persistente luta das mulheres por uma participação política transcendem fronteiras geográficas. A desigualdade de gênero, intrínseca às estruturas sociais e políticas, emerge como um fator determinante na limitação do papel das mulheres nesses espaços.

Referências

ALBUQUERQUE, Tatiane Souza de. Gênero como performance: a participação feminina na política de Ruanda. **Revista Cadernos Internacionais**, Rio de Janeiro, n. 2, 2018.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BARBOSA, Claudia de Faria. **As mulheres na política local: entre as esferas pública e privada**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

COSTA, Ricardo Sérvulo Fonsêca; GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. Participação da mulher na política brasileira. **Direito e desenvolvimento**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 97-111, 2021.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

RANGEL, Patrícia Duarte. Mulheres em espaços de poder e decisão: estratégias de ação afirmativa no Brasil. *In*: OROZCO, Yury Puello. **A presença das mulheres**. São Paulo: Católicas, 2014. p. 39-60.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub) representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. *In*: PAIVA, Denise. **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, Cãnone Editorial, p. 159-186, 2011.

SALES, Tainah Simões; VERAS, Hanna Rayssa Batista. A participação feminina na política brasileira. **Revista de Direito**, Viçosa, v. 12, n. 02, p. 01-21, 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) – **Estatísticas eleitorais (2024)**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home>. Acesso em: junho de 2024.

UNIÃO INTERNACIONAL DE PARLAMENTOS (IPU) – **Ranking**. Disponível em: https://data.ipu.org/women-ranking/?date_month=6&date_year=2024. Acesso em: junho de 2024.

Recebido em 10/12/2024 aprovado em 26/02/2025